

# A segurança pública na Colômbia: uma biografia transnacional

Participação ativa dos militares na segurança pública pode ser explicada pela presença dos militares americanos no país

**Manuela Trindade Viana**  
1º de abril de 2021

ANTÔNIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Militares brasileiros e observadores de diversos países participam de simulação de resgate, no Porto de Vitória Regia na Colômbia

A Colômbia é recorrentemente apontada como uma anomalia na América Latina no que toca à diferenciação entre defesa e segurança pública. A razão para esse enquadramento está na ativa participação dos militares na segurança pública do país há mais de seis décadas – o que constituiria uma falha na divisão do trabalho entre forças policiais e militares, tanto em termos funcionais quanto espaciais. Aqui, argumento que a construção desse país como uma anomalia perde de vista a discussão fundamental sobre as premissas que levam a essa classificação.

Um primeiro passo para compreender esse papel protagonista do Exército colombiano na segurança pública envolve olhar para sua interação com sua contraparte estadunidense em programas de profissionalização militar na segunda metade do século XX. A maioria dos estudos sobre o tema concentra-se no Plano Colômbia, ofuscando a importância do Plano Lazo na consolidação de uma doutrina que depositava a ordem pública no centro do papel do profissional militar colombiano.

Trata-se de um conjunto de operações lançado em 1962, com vistas a remover o apoio dos camponeses à guerrilha por meio de políticas sociais e econômicas complementares aos combates militares.

O efetivo mobilizado no Plano Lazo foi treinado na Escola de Lanceiros, criada em 1955 à imagem e semelhança da Escola de *Rangers* dos Estados Unidos, como uma unidade de infantaria especializada em guerra irregular. A Escola de Lanceiros passou a representar o núcleo da doutrina de segurança nacional na Colômbia. Segundo manuais de campanha da época, uma das principais

características dessa doutrina era a posição ambígua da “população nativa” no desenho tático das operações. Ao mesmo tempo em que reivindicada como necessária para que os militares se sentissem seguros em um território infamiliar, a “população nativa” colocava o perigo de possíveis inimigos infiltrados na tropa.

A população circunscreve, assim, o inimigo a ser derrotado e o ativo a ser explorado para que a operação ganhe legitimidade. Os traços constitutivos dessa doutrina militar correspondem aos eixos estruturantes do que vimos a conhecer como contrainsurgência: ênfase na tática; abordagem centrada na população; e ênfase na inteligência e na conquista de “corações e mentes”.

Desse modo, o Plano Lazo foi central para a emergência da contrainsurgência como um saber privilegiado na doutrina militar colombiana, bem como para uma interação mais sistemática com os Estados Unidos em matéria de profissionalização militar. O Plano Colômbia aprofunda esse processo com a criação de mais unidades especializadas e leva a outro patamar os recursos destinados pelos Estados Unidos a programas de profissionalização e equipamentos militares na Colômbia.

Nesse sentido, é inevitável mencionar os Estados Unidos como a referência para o Exército colombiano na estruturação, organização e execução de seus programas de profissionalização. Pois bem: esse entrelaçamento é expressão de uma circulação mais ampla de saberes militares na América Latina – um circuito que também é caracterizado pela posição dos Estados Unidos como um *hub* difusor e pela valorização da contrainsurgência como um saber referencial na profissionalização militar. As interações nesse circuito têm como um de seus principais efeitos a harmonização parcial das forças militares no hemisfério.

Esse circuito começa a ganhar contornos nos anos 1940, no contexto da Guerra Fria, com destaque para a criação da Escola das Américas (SOA), em 1946, no Panamá. Na SOA, a Colômbia só passa a apresentar uma população mais expressiva de alunos a partir da década de 1970. Na década seguinte, México, El Salvador e Colômbia já respondiam por 72% da população total dos alunos

Mais recentemente, com o discurso do pós-conflito, a Colômbia veio a ocupar uma posição de destaque nesse circuito, embora não em substituição aos Estados Unidos. Entre 2009 e 2013, o Exército e a Polícia Nacional da Colômbia treinaram mais de 20.000 profissionais da força pública de países como México (10.310), Panamá (3.026) e Honduras (2.609).

O que essas dinâmicas nos revelam? Em primeiro lugar, deslocam as premissas espaciais em que se sustenta a fronteira entre defesa e segurança pública. Como vimos, as pegadas transnacionais que vieram a constituir a participação dos militares colombianos na segurança pública apontam para os limites do confinamento da “anomalia” em um único contêiner territorial.

Afinal, a confusão entre esses dois domínios é produzida na *relação* entre profissionais militares estadunidenses e colombianos – que, por sua vez, está inscrita em um circuito mais amplo de saberes militares.

Um outro deslocamento diz respeito às categorias funcionais em que repousa a diferenciação entre o militar e o policial. Como busquei mostrar, a posição privilegiada da contrainsurgência no circuito hemisférico revela um traço comum das práticas militares em diferentes países: a população no centro das preocupações táticas. É justamente esse aspecto que faz da contrainsurgência um saber militar com afinidades eletivas com a polícia.

Afinal, as condições para a mobilização de modalidades de guerra em práticas de ordenamento público estão no anseio por domesticar determinada população, tarefa empreendida por meio da combinação do imperativo de “conquistar corações e mentes” com táticas ágeis de asfixia de focos insurgentes.

É para esse aspecto que penso que devem atentar aqueles investidos no debate sobre a “militarização” da segurança pública. A análise aqui desenvolvida convida a uma investigação sobre como circulam os saberes policiais no âmbito hemisférico, de modo que possamos identificar como os programas de profissionalização na polícia articularam mecanismos de controle da população.

Talvez uma empreitada como essa resulte no esvaziamento da reivindicação da “militarização” da segurança pública como um fenômeno marcante do período recente. Isso porque a emergência da polícia como um grupo tecnocrático, cuja autoridade deriva de um conhecimento sobre práticas de ordenamento social já coloque, como sua própria condição de emergência, o sonho contra-insurgente com que opera esse aparato.

#### **Manuela Trindade Viana**

Professora no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio

